



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>**PARECER nº 73 / 2022 - PRE/DG/ASSED**

1. Trata-se de realização de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, que tem por objeto o Registro de Preços visando a eventual aquisição de materiais de copa e cozinha, limpeza, higienização e EPIs junto a microempresas ou empresas de pequeno porte, exceto para o item 20, conforme as especificações e condições estabelecidas no Edital n.º 43/2022, documento n.º 2020317.
2. Verificou-se o cumprimento das condições legais inerentes à fase interna do certame, conforme registrado na decisão que autorizou a abertura da licitação (documento n.º 1979936).
3. Registra-se, ainda, designação de Pregoeiro e equipe de apoio, nomeados por meio da Portaria 45/2020 (documentos n.ºs 1983424 e 2002642).
4. O edital foi publicado no sistema Portal de Compras e no DOU (documentos n.ºs 2002650 e 2002654).
5. Foram formulados pedidos de esclarecimento por interessadas na contratação, os quais foram devidamente respondidos e publicados (documentos n.ºs 2019832 e 2023207).
6. Iniciado a sessão pública, foi realizada a classificação inicial das propostas e, em seguida, realizada a etapa competitiva, para apresentação de lances pelas empresas.
7. Finalizada a etapa competitiva, o Pregoeiro procedeu à negociação de preços, conforme tópico 9.1, do edital (documento n.º 2020317).
8. Examinados os documentos de habilitação, sagraram-se vencedoras as empresas relacionadas no Relatório Resultado por Fornecedor (documento n.º 2038988).
9. Aberto o prazo para registro de intenção de recurso, não houve manifestação das licitantes.
10. Quanto ao **item 16**, no Relatório final (documento n.º 2041044), o Pregoeiro informa:

“No tocante ao item 16 e instado por *chat* a esclarecer o motivo da oferta em quantitativo inferior ao previsto no edital, o licitante detentor da melhor proposta informou que, de fato, o quantitativo cotado foi aquele possível de ser entregue.

Na aceitação do referido item e **tendo em vista as limitações técnicas do sistema**, este pregoeiro levou em conta a regra prevista no Decreto nº 10.024/2019, art. 43, § 6º, abaixo transcrita, **ficando a juízo da autoridade superior a determinação quanto à convocação dos demais licitantes a fim de alcançar o total estimado**.

Art. 43. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos, quando os procedimentos licitatórios forem realizados por órgãos ou entidades integrantes do Sisg ou por aqueles que aderirem ao Sicaf.

(...)

*§ 6º No pregão, na forma eletrônica, realizado para o sistema de registro de preços, quando a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, **poderá** ser convocada a quantidade de licitantes necessária para alcançar o total estimado, respeitada a ordem de classificação, observado o preço da proposta vencedora, precedida de posterior habilitação, nos termos do disposto no Capítulo X.”*

(grifo nosso)

10.1. Assim, considerando que o edital do Pregão Eletrônico n.º 43/2022 (documento n.º 2020317) indica o registro de preços de **350 pacotes** de pano em microfibra (item 16) e o licitante vencedor para o referido item ofertou **300 pacotes**, esta Unidade Diretiva realizou diligência para manifestação do setor demandante, conforme documentos n.ºs 2048076 e 2048136.

10.2. Em resposta, a SEGEA/COMAP indica não haver óbice na redução do quantitativo do item 16, constante do Pregão n.º 43/2022, de 350 (trezentos e cinquenta) para 300 (trezentos) pacotes (documento n.º 2056068).

10.3. Quanto à questão em análise, no Parecer n.º 75/2022, a ASJUR1 opinou, documento n.º 2060323, conforme trecho em destaque:

“5. De fato, o Decreto n.º 10.024/2019, cuja finalidade é *regulamentar a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal*, permite, ao menos em tese, que o licitante ofereça proposta com quantitativo inferior ao quantitativo fixado no edital (art. 43, § 6º), e, à Administração, a convocação do licitante subsequente, a fim de contratar a parcela remanescente, obedecendo-se, para tanto, o valor ofertado pelo primeiro colocado. **Sendo assim, agiu o Pregoeiro na esteira do ordenamento.**

6. Além disso, a área demandante esclareceu persistir o interesse no registro de 300 unidades, ao invés das 350 projetadas inicialmente, pelas razões já destacadas acima. Sendo assim, na prática, a adjudicação de quantitativo inferior não implicará em qualquer prejuízo para a Administração. Neste aspecto, cumpre lembrar que a licitante ofertou mais de cinquenta por cento do montante inicial (aproximadamente, 85%).

[...]

11. Não obstante, tratando-se de permissão do diploma que rege o pregão eletrônico, e não se configurando prejuízos no registro de preços das 300 unidades ofertadas pela empresa, **julgamos que o procedimento adotado pelo Pregoeiro, por si só, não se mostra impeditivo à homologação do certame.**”

11. Deste modo, uma vez observada a regularidade do procedimento licitatório, sugere-se a homologação do Pregão, pelo Diretor-Geral, devendo a Administração, ato contínuo, proceder à convocação das empresas vencedoras para assinatura das Atas de Registro de Preços, nos termos do art. 4º, XXII da Lei n.º 10.520/02, arts. 45 e 48 do Decreto n.º 10.024/2019 e art. 13 do Decreto n.º 7.892/13, bem como de acordo com o Relatório Final do Pregão, Resultado por Fornecedor, Termo de Adjudicação e Ata de Realização do Pregão Eletrônico, documentos n.ºs 2041044, 2038988, 2038989 e 2038846.

12. Importante registrar que, quando das efetivas contratações, caso ocorram, deverá ser encaminhado o processo à SOF, para informação relativa à disponibilidade orçamentária.

13. Frise-se que as futuras contratadas deverão manter, durante toda a execução do ajuste, todas as condições de habilitação determinadas na licitação, a teor do disposto no art. 55, XIII, da Lei de Licitações e Contratos.

À consideração superior.

Cintia Mont'Alverne

Técnico Judiciário

De acordo.

Ao Diretor-Geral, para apreciação.

RONILDO DANTAS

Assessor Especial da Diretoria-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Ronildo de Queiroz Dantas, Assessor**, em 24/08/2022, às 13:41, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Cíntia Alencar Mont'alverne Mattos, Técnico Judiciário**, em 24/08/2022, às 13:50, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2063373** e o código CRC **30C7414A**.